

# **Apontamentos para Estudo do Financiamento do Aparato Repressor no Brasil de 64 a 85: o caso do IPES-IBAD, e das Operações Bandeirante e Condor.**

Bom dia.

Na pessoa do Senador João Capiberibe, presidente desta comissão, agradeço o gentil convite para essa audiência pública e aproveito a oportunidade para saudar a todos os membros da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e, particularmente, os membros da Subcomissão Permanente da Memória, Justiça e Verdade desta casa, o Senado Federal. Também cumprimento os companheiros que terei nesse debate: Gilney Vianna; Aurélio Rios; Cláudio Fontelles; Maria Eliana Pinheiro e Mateus Guimarães. Por fim, cumprimento a Maria de Nazaré Pedroza, a quem dedico esse momento e esse texto e, na sua pessoa, saúdo todos os presentes nesse recinto.

Sou estudante universitário, doutorando em Literatura Brasileira pela Universidade de Brasília.

Desde 2009, já residindo na capital federal, ao tomar conhecimento mais aprofundado da história da Universidade de Brasília às vésperas de suas bodas de ouro, optei pela militância na luta em torno da memória, verdade e justiça, sobretudo essa última – a Justiça. Obviamente, defendo uma concepção de justiça não-revanchista, muito inspirado na experiência de países como a África do Sul, quando da apuração dos crimes de estado cometidos durante regimes autoritários.

Esse engajamento me levou a presidir em 2012 a Associação de Pós-Graduandos da UnB e que, naquela ocasião, recebeu o nome de Ieda Santos Delgado (estudante do curso de direito da UnB desaparecida em 1974, numa viagem entre Rio de Janeiro e São Paulo. Provavelmente, pelas mãos do regime civil-militar).

Ano passado, além de integrar o Grupo de Trabalho que investiga a estrutura da repressão na Universidade de Brasília nos arquivos públicos brasileiros, como parte das atividades gerais da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB, organizamos – através de um edital promovido

pela UnB por ocasião de seu jubileu – um seminário no emblemático auditório Dois Candangos da Universidade, quando pudemos – em três dias – colher depoimentos de quase 30 estudantes que viveram e protagonizaram os 50 anos da história do movimento estudantil da universidade, desde 1962.

Ouvimos e debatemos com importantes militantes e lideranças estudantis como Luis Pontual, Paulo Speller, Nazaré Pedroza, Fabrício Pedroza, Betty Almeida, Maria Coeli de Almeida Vasconcelos, Edilberto Campos, Mário Balaban, Zeke Béze, dentre outros. Para encurtar a prosa, foram essas escolhas que me trouxeram, portanto, a essa audiência hoje.

Tenho 35 anos. Nasci em 1978 e cursei a série inicial do fundamental em 1984. Vivi, pois, o período final da distensão. Portanto, é como herdeiro dessa história nacional, ou como alguém que vive a herança e o legado deixado ao contemporâneo por ela, que gostaria de lhes falar nessa manhã e, por essa via, tento evidenciar de que modo – na minha condição de juventude do presente – é possível nos comprometermos com todos vocês que se

vincula(ra)m a essa bandeira nos últimos 49 anos – portanto, me precedendo no tempo – e que, certamente, muito mais têm a dizer sobre o tema proposto a essa audiência pública. Espero, mesmo assim, contribuir.

Passemos ao tema em questão.

Creio que o debate sobre o financiamento do aparato ditatorial-repressivo brasileiro, particularmente do período entre as décadas de 60 e 70 do século XX, nos seus nexos nacionais e internacionais, exija três frentes distintas, mas complementares, de enfrentamento.

O primeiro seria entender a formação do aparato repressivo no Brasil pré-golpe civil-militar de 64. E que passa pela investigação de um grupo que ficou conhecido como IPES-IBAD (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e Instituto Brasileiro de Ação Democrática, respectivamente) organizado espacialmente em Minas Gerais, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Esse segmento da elite empresarial brasileira se articulou ao capital internacional, o setor empresarial multinacional-associado, bem como aos

militares. Essa extensa e complexa articulação foi nominada IPES-IBAD.

Os interesses da elite empresarial brasileira em consonância aos interesses do capital internacional – no sentido de articulação capaz de disputar a condução do país via instauração de um governo autoritário – ganharam forma quando se aproximaram dos militares, especialmente da Escola Superior de Guerra. Foi aí que passaram a atuar em bloco, na defesa de um projeto de modernização pela via “internacionalista” – portanto, distinto daquele idealizado por Jango – e que tinha como suporte o setor empresarial multinacional-associado. Ou seja, defendiam como projeto de futuro a retomada de uma fase anterior do desenvolvimento brasileiro, aquela na qual imperou a dependência econômica nacional ao capitalismo internacional.

A historiadora Heloísa Starling, da UFMG, nos anos 80, dedicou seus estudos de mestrado ao tema do IPES-IBAD, e que foram sistematizados, sob o título *“Os Senhores das Gerais: Os Novos Inconfidentes e o Golpe de 1964”*, escritos a partir das memórias do General

Mourão Filho e dos acervos do Arquivo Público Mineiro e da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Sobre esse momento, do Golpe Militar, há um interessante comentário feito pelo famoso escritor mineiro, João Guimarães Rosa, em 03 de abril de 1964, à sua tradutora Hariet de Onís. À época, Guimarães Rosa também era o Secretário de Fronteiras do Brasil.

Diz Ele:

E – como a Senhora terá acompanhado, pelos jornais – o grande-movimento cívico militar que nos livrou de J. Goulart e seus perigosos agitadores se desenrolava aqui, enquanto eu trabalhava nas notas – fazendo justamente como o Burrinho Pedrês na travessia do córrego da Fome Cheio. (Minha casa é encostada ao Forte de Copacabana, e eu tinha de comparecer ao Ministério, que é encostado ao Ministério da Guerra...) Daí, rogo-lhe desculpar muita coisa. Principalmente, o tom das notas".

Na mesma carta, Ele continua dizendo:

Duas coisas me confortam, imensamente, no momento. Sua esplêndida "performance" com nosso "The Little ... Donkey". E o fato de ter a rebelião contra o Governo xxxxxxxxxxxx (sic) pro-comunista de Jango Goulart ter partido do nosso Estado de Minas Gerais, e as tropas que se arrojaram, rápidas e disciplinadas,

maciçamente, contra o Rio de Janeiro, foram as de Minas : descendo das montanhas, a nossa gente do sertão, do Grande Sertão, dos Backlands.

Passemos agora, ao segundo confrontamento. Ele se refere à compreensão de outra fase da montagem do aparato repressivo, agora já no contexto do pós-1968 e Ato Institucional número 5 (AI-5), com a criação da OBAM e seus nexos com o DOI-CODI. Um dos primeiros documentos publicados pelo Cláudio Fontelles, intitulado “A União Industria-militar”, disponível no site oficial da Comissão Nacional da Verdade, deixa inequívoca não só a existência dos referidos aparatos repressores, bem como a participação do General Ustra e do empresário Boilesen (o diretor da Ultragás) na orquestração dessa estrutura estatal de produção do terror e do medo. Esse confrontamento em específico, pela sua notória importância, se comparado o seu sucesso em relação às outras estruturas de repressão, vem sendo largamente pesquisado por Grupo de Trabalho da Comissão Nacional da Verdade, coordenado pelo José Paulo Cavalcanti Filho, e que tem a tarefa de investigar a “Estrutura da Repressão”. Os

resultados dessas investigações desejamos que comecem a ser disponibilizados o quanto antes.

O terceiro e último enfrentamento, também contemporâneo do período pós-AI-5, refere-se ao trabalho de investigação do que foi a Operação Condor, aquela articulação entre vários estados ditoriais da América do Sul a partir de 1969 – denominada *Escola das Américas* – capitaneada pelos Estados Unidos da América e por seus aparelhos de inteligência e segurança militar, cujo objetivo era, entre outros, a eliminação de chefes de estado considerados inconvenientes e perigosos à realização daquela etapa do processo de produção capitalista que se intentava em toda a América Latina – e cujos desdobramentos conhecemos no Brasil como o Milagre Econômico no início dos anos 70, quando também se criou a grande maioria dos cursos de pós-graduação brasileiros – por defenderem concepções e projetos de nação de base essencialmente populares ou voltados aos interesses do bloco comunista mundial. Vivíamos a Guerra Fria.

Foi no primeiro governo Vargas que assistimos a uma enorme alavancada estatal no sentido de fomentar

e articular a integração do mercado interno brasileiro, capitaneada pela economia urbano-industrial do sudeste, sobretudo de São Paulo e Rio de Janeiro, quando estes protagonizaram a abertura de outro caminho – embora muito determinado pela crise internacional de 1929 – no sentido de uma diminuição da dependência nacional à economia externa, ao fomentar a produção, circulação e consumo de mercadorias em território nacional. Em linhas gerais, essa política econômica permanece no Brasil até o início da década de 1950 e começa a ser alterada quando o Brasil – particularmente o empresariado de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro – abre sua economia à participação externa de empresas de capital privado internacional.

A leitura do livro de Heloísa Starling nos faz crer que serão esses mesmos empresários (que também se associam aos variados setores conservadores das elites locais e regionais – agrárias, urbanas, financeiras, religiosas, nacionais e estrangeiras) através do IPES-IBAD, os responsáveis pelo financiamento e execução do Golpe Militar em março de 1964 contra o Brasil de

João Goulart e contra sua utopia de uma nova e outra independência nacional.

Muito do protagonismo contra Jango foi assumido nas ruas de Belo Horizonte, nas famosas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, e em defesa da Tradição, Família e Propriedade, como era o caso da LIMDE, a Liga da Mulher Democrata, chefiada por Lygia Magon Villar, esposa do advogado e gerente da rede IPES-IBAD, Aluísio Aragão Villar. A alegação dada era de que se tínhamos um presidente em vias de fazer do Brasil uma república comunista ao propor as Reformas de Base (à época, símbolo da luta por um Brasil popular) era preciso um movimento de reação rápida que lhes impusesse lógica contrária: um governo que construísse um Brasil para as elites sob a coordenação ideológica, bélica e econômica dos Estados Unidos da América.

Portanto, em contraponto à concepção de Brasil e de nação (e ao projeto que daí decorre) idealizada pelo grupo que era representado no Brasil por João Goulart, se impôs violentamente outro projeto de nação: aquele que submetido ao imperialismo industrial

estadunidense era caracterizado, entre outras coisas, pelo estímulo à produção industrial de armas.

O mesmo documento anteriormente citado, sobre a relação entre indústria e militarismo na ditadura, do Cláudio Fontelles, traz informação de que em 31 de março de 1964, em São Paulo, se criou o Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI), um órgão da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a FIESP, e que tinha a intenção de organizar nacionalmente uma espécie de indústria bélica brasileira. Tínhamos, portanto, dois projetos de nação em disputa política pela condução e direcionamento dos rumos que se daria ao país.

O livro de Starling traz, ao seu final, enorme lista na qual é possível saber tanto nacional, quanto internacionalmente, os nomes das pessoas e instituições que estiveram vinculadas ao IPES-IBAD em Minas Gerais, portanto, ao financiamento e montagem do aparelho repressor. Cito aqui algumas das entidades mais significativas.

A Associação dos Bancos de Minas Gerais; o Centro das indústrias da Cidade Industrial; o Clube dos

Diretores Lojistas; a Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais; a Federação da Agricultura de Minas Gerais; a Federação das Associações Comerciais do Estado de Minas Gerais; a Federação das Associações Rurais do Estado de Minas; os sindicatos: do Comércio Varejista de Combustíveis Minerais de Minas Gerais; da Indústria de Carnes e Derivados e do Frio de Belo Horizonte; e das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Minas Gerais; a Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais; a Associação da Indústria de Minas Gerais; o Sindicato dos Bancos de Minas Gerais; a indústria Magnesita S/A); a Mannesmann Mineração S/A; a Companhia Siderúrgica Mannesmann; a Siderúrgica Belgo Mineira; a Caixa Econômica Federal de Minas Gerais; a Usiminas; a ACESITA S/A; o Departamento Nacional do Sesi; a Sul América Seguros; a Companhia Telefônica de MG; a Construtora Andrade Gutierrez); a Companhia Força e Luz de MG; o jornal O Globo; o Banco de Desenvolvimento de MG, dentre outros tantos. Na página 365 do seu livro, Starling ainda arrola enorme lista de 50 nomes de políticos que receberam recursos

financeiros da rede IBAD/ADEP/ADP, cito os mais expressivos: Bonifácio Andrada (UDN), Cônego Pacheco (PSP), Hermelindo Paixão (PSD), Arthur Bernardes Filho (PR) e Waldir Melgaço.

Quanto à OBAM, o caso de maior relevo é a participação do Grupo Ultra, particularmente, do sádico e sombrio (e dinamarquês) Henning Boilesen que, não só disponibilizou enormes quantias em dinheiro para montar a Operação Bandeirante, dando subsídio à existência material às torturas e mortes no DOI-CODI, criando uma milícia extra-oficial e clandestina nacional para o aniquilamento de ativistas; como introduziu a “Pianola Boilesen”, inventada nos EUA, como método de tortura. Assim, o período que se estende entre o AI-5 e o início da distensão, em 1977/8, é também o de maior violência contra os cidadãos brasileiros.

É nos anos de 1970 que morrerão Anísio Teixeira e Paulo Dionísio de Vasconcelos, e que desaparecem a grande maioria dos ativistas contra o regime militar, sobretudo estudantes, a exemplo de Honestino

Guimarães, Ieda Santos Delgado e Paulo de Tarso Celestino.

Na revista Caros Amigos de maio de 2012, no artigo, *Os Donos do capital no apoio ao terror de estado*, arrola-se um conjunto amplo de nomes que estariam na base do financiamento da OBAM, junto de Boilesen. São eles: Laudo Natel (ex-diretor do Bradesco), Abreu Sodré, Paulo Egydio Martins, Paulo Maluf, Antônio Carlos Magalhães, Marco Maciel, Jorge Bornhausen, Olavo Egydio Setúbal (fundador do Itaú), Amador Aguiar (Bradesco), Sebastião Ferraz de Camargo Penteado (fundador da Camargo Corrêa), João Carlos Di Genio (Grupo Objetivo/UNIP, rádio Mix FM e das redes MIX TV e Mega TV), Luis Gama Filho (Universidade Gama Filho), João Uchôa Cavalcanti Netto (Faculdades Integradas Estácio de Sá), Pery Igel (dono do grupo Ultra). Como apontado pelo projeto Brasil Nunca Mais, a Ford e a General Motors também financiaram a montagem do aparelho repressor. Roberto Marinho, e as Organizações Globo, aparecem em estreita relação com militares, o que teria sido decisivo para a edificação de seu império midiático.

Também se aliaram aos generais os grupos, Abril, da Família Civitas, e RBS, de Maurício Sirotsky Sobrinho. O grupo Folha costumava ceder carros para os militares perseguirem rebeldes, além de ter dado empregos a policiais.

A Operação Bandeirante serviu de base à criação de outra, a Operação Condor. Esta tratava de organizar em toda a América do Sul, aquilo que no Brasil ficou circunscrito ao DOI-CODI e OBAN. A Escola das Américas, unidade das Forças Armadas dos EUA que funcionou no Panamá, destinada aos “altos” estudos da tortura, teria capacitado 60 mil militares de 23 países entre 1946 e 1984, sendo a principal referência de orientação quanto às táticas de guerra, repressão e aniquilamento dos movimentos sociais e populares, bem como daqueles governos de orientação popular.

O depoimento do ex-presidente argentino, Jorge Rafael Videla, foi fundamental para adentrar a existência daquela organização continental. Ele assumiu que, durante o exercício da Operação Condor, foi responsável pela morte de 8.961 desaparecidos; bem como afirmou ter havido intensa colaboração

entre as ditaduras sulamericanas, sobretudo com direta participação dos governos Geisel e Figueiredo; e que adotara a política de “disposição final”, utilizada para extermínio de “irrecuperáveis”.

Na Comissão Nacional da Verdade, o Grupo de Trabalho que investiga a Operação Condor é coordenado por Rosa Cardoso. Seu trabalho aponta para a existência de mais de 20 casos de tortura, prisão, violência, seqüestro, morte e desaparecimento só no Rio Grande do Sul. Em todo o Brasil, cerca de 8 estados, já foram mapeados outros quase 20 casos de violação de direitos pela Operação Condor. Fora do Brasil, já foram localizados cerca de uma dezena de testemunhas ou parentes de vítimas, no México, Peru, Argentina e Uruguai. A investigação da Operação Condor pode ainda levar ao esclarecimento sobre as mortes de Jango e JK.

Obrigado.